

Sobre anões

Severino José de Jesus, anão profissional do Gran Circo Argentino, mandou-me uma carta de protesto, postada de Riacho das Almas, Pernambuco. Segundo ele, a sofrida classe dos anões está sendo denegrida pela imprensa. "A nossa vida já é uma luta constante contra a conspiração dos mais altos", diz ele. "Não conseguimos alcançar facilmente os estribos dos ônibus, as cadeiras não nos servem, temos de ficar nas pontas dos pés para acender a luz e raros são os mictórios públicos que podemos usar. Só faltava virarmos sinônimos de ladrões. Por que vocês não chamam os deputados de ratos, morcegos ou sanguessugas? Por que logo de anões?"

Cometer injustiças é a inevitável sina da imprensa. Somos todos testemunhas dos nossos dias, que se sucedem uns aos outros, trazendo revelações novas a cada recomeçar.

O caso dos anões do Orçamento pode ser visto de dois ângulos diferentes. Do ângulo individual do Severino, negativo, é do ângulo mais amplo da cidadania, que é positivo. A evidência das manipulações do orçamento por parlamentares e por empresas, recolhida pela CPI, é um desdobramento lógico das mazelas reveladas pelo processo de impeachment de Fernando Collor. Outros desdobramentos virão, quando se aprofundarem as investigações das relações empresa-Estado.

Na verdade, estamos no início de um processo de purga da vida pública brasileira. Esse processo aponta para novas práticas administrativas, para a adoção de leis mais rigorosas, para uma substituição nos cargos públicos da maioria dos políticos que neles hoje se encontram. Mesmo no mundo empresarial, de renovação mais difícil, deverá haver uma troca de gerações e mudanças de práticas, talvez com a generalização da gestão por profissionais, que começa a acontecer em muitas empresas familiares.

Tudo depende, é claro, do

fim da impunidade e da eficácia do Judiciário. Ao contrário da Itália, onde os magistrados comandaram a renovação dos costumes, no Brasil eles têm sido um entrave às mudanças, pela total incapacidade de mandar ricos para a cadeia.

As Ordenações Filipinas, que regularam a vida brasileira desde 1603 até depois da Independência, explicitaram uma justiça de classe. O adultério, por exemplo, era punido com a pena de morte. No entanto, determinava-se que, se o marido ofendido fosse vilão — ou seja, um homem do povo — e o ofensor fidalgo ou cavaleiro, "nele não se fará justiça sem ordem minha". Quer dizer, sem ordem do rei, que não a expedia nunca. Logo, o crime era crime conforme a posição social do criminoso.

Muito dessa herança está ainda vigente. Uma clara demonstração foi o interrogatório do milionário deputado por Mato Grosso Flávio Derzi, na CPI. Passou como pecado venial o fato de não ter pago o dinheiro tomado a juros subsidiados na Caixa Econômica e de ter esquecido da compra de três fazendas.

Apesar dos tropeços, a purga prossegue. Os três pilantras dos negócios de compra e venda de filiações partidárias já foram cassados. Em março ou abril serão cassados alguns dos mais notórios sócios do orçamento.

Mas o mais importante é a crescente mobilização da cidadania. Os políticos envolvidos em suspeitas não podem mais aspirar a cargos majoritários. São rejeitados pelos próprios companheiros. Quando têm o controle cartorial dos partidos, ficam com uma máquina vazia nas mãos. No Rio, por exemplo, o PMDB perderá o seu único parlamentar no próximo dia 21, quando o senador Nelson Carneiro mudar de legenda.

Sanguessuga talvez seja um nome melhor para ladrões que anão. Mas devemos aos anões um processo de purificação que os eleitores deverão concluir em 1994.